

EDITORIAL

De quando em vez e tão célere quanto o meteorito risca o céu em noite de estrelas, os responsáveis políticos lembram-se e lembram-nos de que o “Interior” do País existe e que é preciso “fazer qualquer coisa”. Entretanto – e sem esquecermos que o “Interior” pode estar quase às portas de Lisboa – localidades e regiões vazias de homens, com meia dúzia de idosos inactivos e económica e culturalmente deprimidos, resistem por milagre à *morte social*. E resistem porque continuam a guardar centelhas de uma memória colectiva, mas que não sabem a quem confiar, ou são possuidores de uma *identidade histórica e patrimonial* valiosa, pelo menos para eles. Sim, porque nem para servirem de objecto à tão propalada indústria turística são lembrados no exterior.

Fiéis ao cumprimento da vertente da missão que passa por prestar serviços relevantes às comunidades, mas sem ser por obrigação (antes por gosto), muitos investigadores das áreas das Ciências Humanas e Sociais continuam empenhados em ajudar a criar *identidades projectivas*, orientadas, portanto, para os interesses e os desafios do presente e do futuro. Mesmo que *à custa* (para escândalo de uns tantos) da imersão científica (do enraizamento) no passado.

Servem para exemplificar o que fica dito a organização (naturalmente com o empenho de autarcas e outros influentes) e a participação científica (entre a qual está a de vários investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura) no “Congresso Comemorativo dos 700 anos do Foral de Porto de Mós”. As suas comunicações, que, sob a forma de artigo, ora se divulgam, ajudam a dar corpo a este número da Revista.

E, sem se afastarem muito, ou praticamente nada, do âmbito cronológico em que, a par das vivências e das representações daquela vila em tempos medievais, são focadas a criação e a actualização do seu direito foralengo, até aos alvares da modernidade, e as memórias das batalhas, outros investigadores e colaboradores do Centro de História da Sociedade e da Cultura concorrem, também neste número, para satisfazer o interesse do “local” e do “regional”, com estudos relativos ao mosteiro de Lorvão, ao Estudo Geral, à Diocese de Coimbra e ao Tribunal Episcopal de Viseu.

Afinal, para demonstrar, que, se as comunidades locais e regionais são distintas, elas são igualmente interdependentes, sobretudo no dito *Portugal profundo* – o do “Interior”.

João Marinho dos Santos

Coordenador Científico do C. H. S. C.